

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.

DOCUMENTO: **Projeto de Lei Ordinária nº 161/2025**

PROCEDÊNCIA: **Ver. Celso Duarte**

RELATOR: **Ver. Bispo Padovan**

ASSUNTO: **Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais e dá outras providências.**

RELATÓRIO

Chega a esta Comissão para parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 161/2025, de autoria do Ver. Celso Duarte, que Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais e dá outras providências.

Importa destacar que a iniciativa para deflagrar o processo legislativo pertence ao Executivo Municipal nos termos do art. 96 da Lei Orgânica. Ressalta-se também que acompanhando o art. 67 da Lei Orgânica do Município, bem como o art. 44 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, compete à Comissão de Finanças e Orçamento opinar sobre o aspecto financeiro de toda proposição que concorra para aumentar ou diminuir receitas, bem como despesas relativas à execução orçamentária dos entes públicos municipais.

PARECER

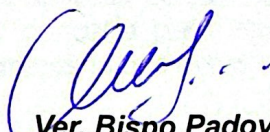
Analisando o presente verifica-se Fundada em 1º de janeiro de 1980, a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais – ABTI atua há mais de quatro décadas no município de Uruguaiana, consolidando-se como uma das entidades mais relevantes na defesa, regulamentação e fortalecimento do transporte rodoviário internacional, atividade essencial para a economia local e nacional. Além da representatividade institucional e do suporte técnico e jurídico prestado ao setor, a ABTI tem sido protagonista em diversas ações sociais e comunitárias que beneficiaram diretamente a sociedade uruguaianense. Entre as iniciativas de maior destaque, podemos citar: • Doações de equipamentos hospitalares e insumos de saúde, como máscaras de ventilação adaptadas para respiradores ao Hospital Santa Casa de Uruguaiana e luvas entregues à Secretaria Municipal de Saúde durante a pandemia da Covid-19, demonstrando solidariedade em momentos de crise. • Campanhas de arrecadação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), kits de higiene e cestas básicas, apoiando agentes de fiscalização, motoristas e comunidades carentes da região. • Parcerias internacionais em defesa da fluidez do comércio exterior, garantindo o abastecimento da população durante períodos de fechamento de fronteiras e restrições sanitárias. • Apoio às forças de segurança locais, como a doação de um climatizador para a viatura do canil da ROMU, assegurando melhores condições aos cães utilizados em operações de busca e combate à criminalidade. • Projetos ambientais, como a ação de plantio de árvores em parceria com empresas associadas, fortalecendo o compromisso com a sustentabilidade e com o futuro das próximas gerações. • Contribuições estruturais, como a doação de bebedouro industrial para o Complexo Terminal de Cargas (CoTeCar), beneficiando diariamente motoristas e trabalhadores do setor. Essas e outras iniciativas demonstram que a ABTI extrapola sua função institucional, tornando-se uma entidade que atua diretamente pelo

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO.


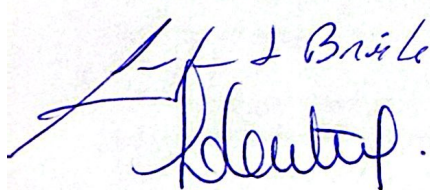
bem-estar coletivo, pela saúde pública, pelo meio ambiente e pela valorização da cidadania em Uruguaiana. Grande parte dessas ações sociais realizadas pela ABTI ocorreram durante a pandemia da Covid-19, período em que a entidade se destacou pelo espírito de solidariedade e união de esforços, promovendo doações de equipamentos hospitalares, EPIs, kits de higiene, alimentos e apoio logístico fundamental para garantir que a saúde e a segurança da comunidade uruguaianense fossem preservadas, mesmo diante das adversidades. Diante da relevância histórica e da comprovação das inúmeras ações sociais e comunitárias, é justa e necessária a concessão do título de Utilidade Pública à ABTI, oficializando o reconhecimento da comunidade e do Poder Público Municipal à sua trajetória de comprometimento e contribuição para o desenvolvimento de Uruguaiana.

Diante do importante contexto exposto, após análise da documentação apresentada, constatamos que de acordo com as atribuições desta Comissão, o **PARECER** técnico é **FAVORÁVEL**, à aprovação deste Projeto de Lei n.º 161/2025.

Sala das Comissões, em 24 de Novembro de 2025.


Ver. Bispo Padovan
Relator

De acordo:



Carlos A. G. de Brito

Contrário: